

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2017

(Da Sra. Deputada Federal LAURA CARNEIRO)

Solicita informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre o transporte de minério em Coroa Grande, município de Itaguaí/RJ.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao licenciamento ambiental e fiscalização da atividade de transporte de minério em Coroa Grande, distrito de Itaguaí/RJ.

JUSTIFICAÇÃO

O Porto Sudeste, localizado em Itaguaí/RJ, está em operação desde setembro de 2015 e possui capacidade instalada para movimentar 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Informações contidas no *site* da empresa afirmam que, numa segunda fase, essa capacidade poderá ser expandida para até 100 milhões de toneladas por ano¹.

O uso do espaço marítimo da Baía de Sepetiba é bastante intenso, com a presença de grandes navios (transporte de cargas e embarcações militares), além dos barcos de pesca (artesanal, industrial e esportiva), transporte (de mercadorias e passageiros) e de turismo.²

¹ <https://www.portosudeste.com/quem-somos/>

² <http://www.mmx.com.br/Download.aspx?Arquivo=vRknf0Bf/GrsoqB9bHtmFA==>

Em que pese a relevância da estrutura portuária para a economia brasileira, o fato é que os impactos ambientais negativos já se fazem sentir na região e têm gerado fortes reclamações dos moradores de Coroa Grande, que convivem diariamente com os efeitos da atividade de transporte de minério na região. A emissão de material particulado poluindo o ar e a água são os maiores focos de preocupação, que se somam a tantos outros como o ruído, a insegurança, bem como o prejuízo à pesca e ao turismo.

Diante desse cenário, requeremos do Ministério do Meio Ambiente, enquanto órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), informações sobre o controle e fiscalização atualmente aplicados à atividade, bem como sobre os parâmetros de qualidade que deveriam ser seguidos. Para permitir uma adequada resposta à população local, portanto, questiona-se:

- a) A quem compete o licenciamento de transporte de minério em Itaguaí/RJ?
- b) Quais são os parâmetros de qualidade do ar e da água a serem respeitados pelos transportadores de minério?
- c) A quem compete avaliar e fiscalizar o risco do transporte de minério na região?
- d) Como vem sendo fiscalizada a atividade e quais foram os resultados da(s) última(s) fiscalização(ões)?

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO